

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana
Ensaio Crítico - Turma 5
Política de Integração dos Sistemas de Transportes

Elisangela Medeiros de Sousa (*)

A Lei nº 12.587/2012 que trata da Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU, em seu Art 1º diz “..... objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria de acessibilidade de pessoas e cargas...”

A mobilidade está entre os maiores problemas urbanos das metrópoles brasileiras. O crescimento desordenado das cidades traz fatores negativos sobre os transportes públicos, e as torna menos acessível para seus habitantes.

As cidades brasileiras são projetadas para o modo de transporte individual, a prioridades das vias é para os automóveis particulares, e quando se fala em equidade dos espaços, é considerado o fluxo de veículos e não o fluxo de pessoas. Em resumo o espaço público é tratado de modo individual, o que tira da população o direito de se locomover de forma confortável e eficaz, pois com o aparecimento de um número cada vez maior dos veículos particulares nas ruas, se agravam os congestionamentos e aumenta a pressão da população por construção de viadutos e alargamento de vias.

Essa ampliação do espaço viário se torna um estímulo para o uso dos automóveis particulares. Não podemos deixar de considerar que o próprio Governo contribui para o aumento do uso do transporte individual, através das políticas de incentivo, que não solucionam o problema, considerando que o incentivo a aquisição de automóveis particulares é cada vez maior, por parte do Governo. Na figura abaixo, podemos observar como ocorre esse ciclo:

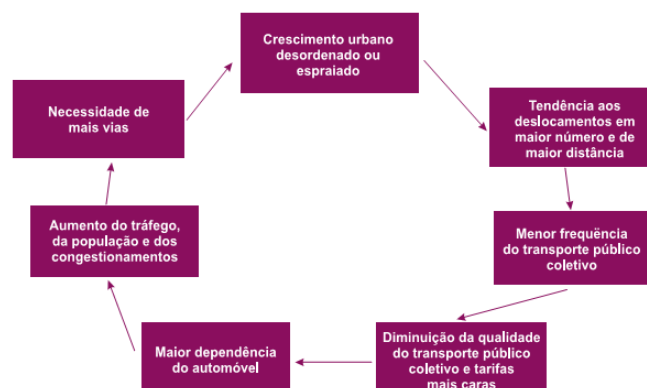


Figura 01. Fonte: Mobilidade e Política Urbana – subsídios para uma gestão integrada – IBAM – Ministério das Cidades -2005

Enquanto não houver a priorização do transporte público de qualidade para população e integração entre os modais, não poderá ser alcançado o objetivo da PNMU.

Através da integração entre os diversos modos de transporte é possível buscar uma solução para redução dos congestionamentos nas cidades, o que traz a melhoria na qualidade de vida da população e no meio-ambiente.

“... o sistema de mobilidade urbana pode ser considerado como um conjunto estruturado de modos, redes e infra-estruturas que garante o deslocamento das pessoas na cidade e que mantém fortes interações com as demais políticas urbanas. Considerando que a característica essencial de um sistema é a interação de suas partes e não as performances dos seus componentes tomadas em separado um fator determinante na performance de todo o sistema é exatamente como suas partes se encaixam...” (Mobilidade e Política Urbana – subsídios para uma gestão integrada – IBAM – Ministério das Cidades -2005 – pag. 10)

Como se pode observar no texto acima, a melhor forma de ampliação da mobilidade e acessibilidade é a integração entre os modais (metros, ônibus, trens, bicicleta e taxi). A boa integração entre os modais, serviços e infra-estrutura é essencial para melhoria da mobilidade urbana, assim como o papel do gestor público é de grande relevância, tendo em vista que, como citado anteriormente, existe uma grande disparidade na distribuição do espaço urbano, sendo essa questão um grande desafio para os gestores, pois a falta de prioridade de política de transporte público, aliada a falta de qualidade, conforto e eficiência dos mesmo gera transtornos e insatisfação a população.

Os modos de transporte público possuem como principal vantagem a utilização de menor espaço viário, pois tem a capacidade de transportar uma grande quantidade de pessoas, além de ocupar um papel importante no cenário econômico nacional. De acordo com dados do Sistema de Informações de Mobilidade Urbana – Relatório Geral 2011, da ANTP, a operação do transporte coletivo é feita por 548 mil profissionais, a gestão de trânsito é feita por 90 mil profissionais, e 118 mil condutores operam os táxis, totalizando, em 2011, 826 mil empregos diretos na mobilidade urbana.

Quando se analisa os modos de transportes individuais, constata-se que a bicicleta é o modo mais econômico e acessível a população, além de apresentar integração os diversos modais públicos. No entanto a infraestrutura é precária sem vias próprias e sinalizadas o que faz de sua maior desvantagem o alto índice de acidentes.

A Integração do Sistema de Transportes depende dos gestores públicos, pois cabem a eles a priorização do transporte público, tornando-o a melhor opção de deslocamento para população, atribuindo conforto, rapidez e economia no seu uso.

() Elisângela Medeiros de Sousa, Engenheira Civil, consultora no DER - BA.*



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

Referência Bibliográfica:

____BRASIL. Ministérios das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana**. Brasília. (S.N), 2007.

____BRASIL. Ministérios das Cidades. IBAN. **Mobilidade e Política Urbana: subsídios para uma gestão integrada**. Brasília. (S.N), 2005.

____BRASIL.ANTP. **MSistema de Informações de Mobilidade Urbana – Relatório 2011: 2012**

Lei nº 12.587/2012, janeiro 2012